

URBANISMO,

PROBLEMA

ADMINISTRATIVO

NATAL — 1967

(Artigo do jornalista AGNELO ALVES
-Prefeito de Natal-publicado no JORNAL
DO BRASIL, edição dedicada ao NOR-
DESTE em 27 de outubro de 1967

AGNELO ALVES

a visão do futuro

O jornalista Agnelo Alves — um dos mais jovens homens públicos do País — realiza atualmente um trabalho da maior importância para o desenvolvimento de Natal, Cidade que administra com espírito empreendedor e de renovação:

A Nova Dimensão — como êle próprio chamou seu Plano Diretor — propõe-se a transformar Natal numa Cidade racional e humana, onde o progresso e o bem-estar de seus habitantes se conjuguem harmoniosamente.

Inspirado em administradores ilustres — entre os quais Pierre George (francês), José Franco (cubano) e Diogo Lordello de Melo (brasileiro) —, o Prefeito Agnelo Alves quer acabar com o empirismo administrativo, baseado no exemplo empreendedor do ex-Presidente John Kennedy.

Jornalista dos mais competentes — destacou-se sobretudo na cobertura e análise de assuntos políticos — e técnico com know-how conquistado no trabalho (organizou o programa habitacional do Rio Grande do Norte), o Prefeito Agnelo Alves — irmão do ex-Governador Aluizio Alves — mostra em artigo especial para o JORNAL DO BRASIL como será a nova Cidade de Natal.

AGUILO ALVES

a visão do futuro

O futuro do Brasil — em que se
reflete a situação do mundo — é
um problema de grande importância
para a nação. É preciso que o
Estado brasileiro seja capaz de
prever e preparar-se para o futuro.
A situação atual do Brasil é
muito crítica. O país encontra-se
em uma situação de crise econômica
e social. É necessário que o
governo brasileiro tome medidas
para superar esta situação e
preparar o país para o futuro.
O futuro do Brasil depende
da capacidade do povo brasileiro
de superar as dificuldades atuais
e preparar-se para o futuro.
É necessário que o governo
brasileiro seja capaz de prever
e preparar-se para o futuro.
O futuro do Brasil é um
problema de grande importância
para a nação. É preciso que o
Estado brasileiro seja capaz de
prever e preparar-se para o futuro.

Muitas vêzes tem sido dito: o ritmo de urbanização cresce cada ano e nos países latino-americanos é o mais acelerado do mundo. Esta observação conduz à necessidade de racionalizar a administração, eliminando o imprevisto e a improvisação. Do mesmo modo, já não se pode administrar em termos do quinquênios, quatriênios ou mandatos tarifados. Mais se acentua o incremento da urbanização, mais se impõe a visão do futuro. O administrador já não administra só para os que o elegeram, mas para os descendentes de seus eleitores. O fato urbano projetou-se bruscamente, "quase brutal", diz um especialista e representa "um dos epifenômenos da revolução industrial" **(Panorama do Mundo Atual.** Em outra obra sua, o prof. Pierre George, ao examinar a estrutura das cidades dos países de economia subdesenvolvida assinala o traço que a distingue das cidades dos países industrializados, de economia capitalista ou de economia socialista. Não são apenas diferenças funcionais decorrentes da penúria da indústria nacional, mas a herança das formas de existência nascidas de um nível de vida extremamente baixo, de um conjunto de necessidades radicalmente diverso daquele dos habitantes das cidades industriais. Resultam daí — comenta ainda Pierre George — características morfológicas particulares e formas originais de expansão.

A capital norte riograndense não escapa ao incremento demográfico que peculiariza as cidades latino-americanas. Na segunda mensagem que dirige à Câmara Municipal assinalava este fato, bem como o crescimento anormal da cidade. Desdobrando-se em novas aglomerações espontâneas, a que não foi estranha uma irracional política de loteamento. O plano Palumbo, elaborado há mais de trinta anos, já está ultrapassado, tanto nas concepções de urbanismo então vigente, como na previsão da área de crescimento da cidade. Felizmente o problema das favelas não aparece aqui com a agressividade com que eclodiu no Recife, na Guanabara, ou em Belo Horizonte. Quase poderá dizer-se que não existe.

Como na exata observação de Pierre George, também aqui a geografia regional tomou a frente da geografia geral. A localização de Natal condiciona-lhe o desenvolvimento e singulariza sua urbanização. Situada na meseta que a aperta entre as dunas (cuja movimentação a imaginosa e fecunda inteligência de Manoel Dantas, um geógrafo regional, qualificou de "perigo iminente") e a riba do rio Potengi, fechando-lhe o desenvolvimento no ângulo estreito da foz, no Atlântico (exatamente onde ficava sua porta de segurança, o Forte dos Reis Magos, nos recuados tempos da artilharia de pólvora seca) — Natal terá que desenvolver-se numa só direção.

As cidades mais próximas: Ceará-Mirim, com sua economia canavieira; Macaíba, mixto de sertão e agreste; Parnamirim, base militar; São José de Mipibú, sem economia própria, e São Gonçalo do Amarante, tornada mais distante pelas dificuldades do acesso, assim tão diversificadas, não possibilitam a formação de uma política regional. Dificilmente dar-se-á o encontro dessas cidades menores com o centro metropolitano. Talvez a capital potiguar não venha a conhecer, senão em futuro muito remoto, o fenômeno da conurbação.

Possivelmente não cheguemos a conhecer nos próximos cem anos aquele estranho fenômeno da megalópolis, da nebulosa urbana que cobre uma superfície de 500 quilômetros entre Boston e Filadélfia, com uma população de quase trinta milhões de habitantes, que acabará por confundir a cidade com a própria região, ainda me servindo de observação de Pierre George num terceiro livro (**Geografia Social do Mundo**).

A fixação de áreas habitacionais, a delimitação de distritos industriais, o estabelecimento do setor bancário, são problemas que reclamam desde logo a atenção do administrador. Mais do que a atenção: providências imediatas.

Para êsse desdobramento da administração, posta no presente com as vistas no futuro, muitos especialistas terão uma palavra a dizer, uma orientação a impor, uma política a sugerir.

Geógrafos urbanistas, sociólogos, arquitetos, economistas e juristas encontrar-se-ão nesse **interdisciplinary-field**. Não se estranhe a colocação do jurista nessa reunião de técnicos: a regulamentação da vida futura reclama sua palavra e exige seu trabalho.

Temos de convir que poucas cidades brasileiras estão tecnicamente equipadas para esta visão projetiva do futuro. Despreparadas muitas delas para os próprios problemas do momento, a estrutura administrativa, moldada na burocracia da primeira década, não vê além do imediato.

Entretanto, alguns desses problemas já começam a gritar: resolva-me. O da circulação viária, por exemplo. Nossas ruas foram abertas para a circulação pedestre. Enquanto o automóvel não nos tomou a rua, não existia o problema, pois "a espécie automóvel roubou a rua da espécie humana", como diz em livro de aguda visão prospectiva Jean

Fourastié. Hoje mais do que nunca — diz o autor de “As 40.000 Horas” — o automóvel matou a cidade tradicional e exige um urbanismo totalmente novo.

Não é apenas o espaço de estacionamento. Não é somente o risco da vida humana. São muitos outros os problemas: a poluição do ar pelos gases de escapamento, a emissão de fumaça, o ruído ensurdecedor, tudo isto se acumula para compor um quadro da circulação do automóvel na cidade e lançar o problema impaciente.

Brasília, ao lado de sua arquitetura revolucionária, que a faz até certo ponto uma cidade desumana, oferece esboço de soluções válidas para cidades novas, mas inadaptaíveis às cidades antigas, de ruas também inadaptaíveis. Uma racionalização do tráfego urbano, que convocará muitos cuidados das administrações futuras, reduziria a brutal estatística das vidas esmagadas e atenuaria o atordoante ruído das cidades, agente de neuroses e psicoses.

Dos muitos problemas urbanos que podem ser objeto de estudos e controvérsias, um não tem sido bastante considerado entre nós: o zoneamento. O zoning está, porém, na perspectiva imediata dos arquitetos europeus e norte-americanos. A restauração de cidades devastadas pelas duas guerras ensejou o encaminhamento desse problema na Europa. Para alguma coisa serviu o mal. Ilustre administrador municipal cubano, José Franco, em monografia de preciosa leitura, aborda esse aspecto do urbanismo e preconiza a necessidade absoluta de métodos novas concepções da arquitetura (Urbanismo). Há mesmo quem transporte o critério de região do plano puramente local para o plano moral.

“E” inevitável que indivíduos que buscam as mesmas formas de diversão, quer sejam proporcionadas por corridas de cavalo ou pela ópera, devam de tempos em tempos se encontrar nos mesmos lugares (...) Cada vizinhança, sob as influências que

tendem a distribuir e a segregar as populações cívicas, pode assumir o carácter de uma região moral. Assim são, por exemplo, as zonas do vício encontradas na maioria das cidades. Uma região moral não é necessariamente um lugar de domicílio. Pode ser apenas um ponto de encontro, um local de reunião” (Robert Park). Adotada essa terminologia, poder-se-ia dizer que em Natal, com Jiqui-Cidade Campestre, criou-se uma região moral, sob os auspícios do Governador Aluizio Alves.

Assistimos hoje, na capital norte-riograndense, a expansão da zona comercial no centro da cidade, empurrando as residências familiares para a periferia. As ruas centrais vão sendo rapidamente invadidas pelo comércio varejista, casas de moda, joalheria, etc., ocasionando uma supervalorização imobiliária, não comparável com nenhum outro bairro da cidade. O comércio natalense, aliás, não se acomodou ecológicamente. Há um estrangulamento das áreas comerciais, a do Centro da Cidade e a do Bairro do Alecrim, esta com características bastante acentuadas no sentido da menor especialização e melhor adaptação à demanda e às preferências de pessoas que retornam para o interior. O fato aqui assinalado, demonstra a imprevisão dos administradores, porque a sociologia urbana condiciona o desenvolvimento ocupacional que pode ser previsto e controlado, sem prejuízo do desenvolvimento. A teoria do crescimento das cidades em zonas concêntricas formulada por Burgess não é de todo inválida, a despeito das críticas que lhe foram dirigidas. Conhecido isto, a mobilidade pode ser dirigida, e representa o melhor índice de metabolismo da cidade.

A Constituição de 24 de janeiro, como a Constituição do Rio Grande do Norte, prevê a formação de áreas metropolitanas, partindo o legislador de uma realidade econômica e sociológica já consta-

tada. Vamos ter assim as grandes regiões, como já existe o Grande Recife. Como já existe o Grande São Paulo. Como já se projeta o Grande Rio.

E aqui voltamos à observação de Pierre George, agora em obra de parceria: "Tal como a Geografia, o urbanismo é um encontro de problemas, de experiências e de reflexões, comportando além disso uma responsabilidade, porque implica escolha e ação." Nasce daqui o diálogo de urbanistas, geógrafos, paisagistas, sociólogos e economistas.

O desenvolvimento urbano, consequência direta do desenvolvimento da economia industrial, conduz as duas grandes séries de ações entre si solidárias:

— Adaptação daquilo que pode e deve ser aproveitado da herança dos períodos precedentes às necessidades da vida urbana, tais como hoje se exprimem, e tais como podem ser imaginadas para um futuro imediato.

— Organização de novos espaços urbanos e sua integração num complexo vivo (**Geografia Ativa**).

Em nossa mensagem já referida esposamos estas idéias, postas sob a filosofia do que chamamos "**A Nova Dimensão**". Com êstes propósitos e sob a consciência dessa realidade, a administração que estamos realizando se acomoda às duas séries de ações propostas por Pierre George. A criação de um parque arborizado, o respeito às praças (pulmões da cidade), a criação de novas áreas, a avenida de contorno como solução parcial ao problema do tráfego, o rigoroso planejamento da melhoria a ser introduzida nas vias de mais intensa circulação pedestre ou viária.

A nosso ver estamos vivendo os últimos dias do empirismo administrativo. A tarefa de administrar, cada vez mais absorvente, cada vez mais exigente, cada vez mais solicitante, repugna o admi-

nistrador improvisado, pedindo resposta para suas interrogações e soluções para os seus problemas. Do fundo dessas angústias, do grito que ecoa nos gabinetes, clamam as vozes dos que estão por vir: não esqueçam que chegaremos. Preparem também a cidade para nós.

Diogo Lordello de Mello, especialista brasileiro em administração local, com título obtido na Escola de Administração Pública da Universidade da Califórnia do Sul, publicou há algum tempo, em edição da série "Cadernos de Administração Pública, da Fundação Getúlio Vargas, uma monografia que merecia mais ampla difusão. Duas interrogações são aí formuladas:

- será necessário um administrador profissional para dirigir as atividades administrativas do município brasileiro?
- admitida a afirmativa será o plano do administrador—chefe a solução e problema?

Em resumo, nossa realidade política, já permite o prefeito de carreira? O autor não fugiu à nossa realidade emergente.

O prefeito profissional, ainda que técnico, não bastaria a atender por si só à crescente complexidade da administração local. Por isto, será preferível o prefeito-líder político, que tenha a visão larga e a liderança positiva, para efetuar aquela caça aos talentos que o Presidente Kennedy empreendeu para compor sua equipe de governo. Por outro lado, nosso sistema político, não permite a profissionalização da administração local, sujeita à escolha dos eleitores mediante eleição direta.

Nem por isto, porém, o técnico, o especialista, deve ser dispensado. Algumas barreiras criam obstáculos ao arejamento da rotina administrativa: o baixo nível de remuneração, a rigidez do sistema de investidura, a burocracia emperrante e rotineira.

Nesta tentativa de colocar alguns problemas da administração local, sob uma perspectiva urbanística, não temos a pretensão de dizer tudo certo. Menos ainda de aproveitar o ensêjo para o vitupério do auto—elogio. Fica feita uma tentativa, só. São esboçadas algumas faces de um conjunto de problemas, com ênfase maior para o do urbanismo, que envolve tantos outros. O que aí fica, um pouco de experiência ainda nova e um pouco de leituras nas fontes de que pude me aproximar, sem pretensões de especialista, nem autoridade de magistério. Tudo dito como venho fazendo. Tudo exposto como venho administrando e pretendo prosseguir.

Divulgação da
Assessoria de Relações Públicas